

Entre :

FCA CAPITAL PORTUGAL INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A., com sede em Oeiras, empreendimento Lagoas Park, Edifício 15, Piso 2, Porto Salvo, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais, com o número único de matrícula e de identificação de pessoa coletiva 502673478, com o capital social de € 10 000 000,00, adiante designada por "LOCADORA"; (e)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX residente em XXX XX XXXXXXXXXXXX XX XXXX-XXX XXXXX XX XXXXXXXXXXXX, com o documento de identificação número XXXXXXXXXXXX contribuinte XXXXXXXXXXXX, adiante designado por "LOCATÁRIO"; (e)

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX residente em XXX XX XXXXXXXXXXXX XX XXXX-XXX XXXXX XX XXXXXXXXXXXX, com o documento de identificação número XXXXXXXXXXXX e de contribuinte XXXXXXXXXXXX, adiante designado como garante; (e)

é celebrado um contrato de locação financeira mobiliária, ao abrigo dos Decreto-Lei nº 149/1995 de 24 de Junho, Decreto-Lei nº 133/2009, de 2 de Junho, e demais legislação aplicável, que se rege pelo previsto nas "Condições Gerais" e nas "Condições Particulares" anexas a este Contrato e que são deste parte integrante e incindível, que são do pleno conhecimento das Partes e que estão por elas devidamente assinadas e rubricadas.

Do presente contrato foi feito um exemplar para cada um dos signatários, que vale como original, declarando os mesmo terem recebido, no ato da respetiva assinatura, um exemplar devidamente assinado.

Oeiras, XX/XX/XXXX

Assinaturas

LOCADORA:

Locatário:

Assinatura do Locatário conforme B.I. / C.C. / Outro

Nº BI / CC / Outro

Data Emissão / Validade

Garante:

Assinatura do Garante conforme B.I. / C.C. /
Outro

Nº BI / CC / Outro

Data Emissão / Validade

(O imposto em vigor sobre a constituição da dívida (Artº 17-1 da TGIS) é pago por meio de guia)

CONDIÇÕES GERAIS**1. Objeto**

1. O presente Contrato tem por objeto a locação financeira do Bem identificado nas "Condições Particulares" (Contrato).

2. O LOCATÁRIO declara que escolheu livremente o Bem a locar e o respetivo fornecedor ou produtor e que acordou com este as suas características técnicas, condições de garantia, preço, prazo e modalidade de entrega, conforme o constante das "Condições Particulares".

2. Definições

2.1 "Mediador de Crédito" ("MC") (se aplicável): a pessoa singular ou coletiva que não atue na qualidade de Locador e que no exercício da sua atividade comercial ou profissional e contra remuneração apresentou ou propôs ao LOCATÁRIO este Contrato, ou que prestou assistência relativa a atos preparatórios deste Contrato, que não os anteriormente referidos, ou que celebre o presente Contrato em nome da LOCADORA e que está identificado nas "Condições Particulares";

2.2 "Taxa Nominal" ("TAN"): a taxa de juro expressa numa percentagem fixa ou variável aplicada numa base anual que consta das "Condições Particulares";

2.3 "Taxa Anual de Encargos Efetiva Global" ("TAEG"): custo total do crédito para o LOCATÁRIO, expresso em percentagem anual do montante total do crédito, que consta das "Condições Particulares";

2.4 "Suporte Duradouro": qualquer instrumento que permita ao LOCATÁRIO armazenar informações que lhe sejam pessoalmente dirigidas, de modo que, no futuro, possa ter acesso fácil às mesmas durante um período de tempo adequado e que permita a reprodução inalterada das informações armazenadas;

2.5 "Custo total da Locação Financeira para o LOCATÁRIO": todos os custos conhecidos pela LOCADORA que devam ser pagos pelo LOCATÁRIO (juros, comissões, despesas, impostos e encargos de qualquer natureza), exceto custos notariais e prémios de seguro se não forem necessários para a obtenção do crédito;

2.6 "Montante total da LOCAÇÃO": custo total da Locação para o LOCATÁRIO incluindo as rendas.

3. Direito de Livre Revogação

3.1 O LOCATÁRIO, nos 14 dias de calendário seguintes ao da assinatura do Contrato ou da receção do exemplar do Contrato, se posterior, poderá exercer o direito de livre revogação do Contrato, enviando à LOCADORA uma declaração de revogação, em papel ou noutro suporte duradouro, devendo, também, pela mesma forma, dar conhecimento ao fornecedor do Bem do exercício daquele direito.

3.2 O LOCATÁRIO obriga-se a indemnizar a LOCADORA pelas despesas não reembolsáveis em que esta tenha incorrido junto de qualquer entidade da administração pública em virtude da celebração do Contrato.

3.3 Caso a execução do Contrato se tenha iniciado antes do LOCATÁRIO o revogar, este fica obrigado a, no prazo máximo de 30 dias de calendário após a data de expedição da declaração de revogação, pagar à LOCADORA o capital financiado e pagar os juros vencidos sobre o mesmo capital, sem atrasos indevidos, calculados diariamente com base na TAN, desde a data da receção do bem locado até à data de pagamento do capital.

3.4 O exercício do direito de revogação pelo LOCATÁRIO preclui o direito da mesma natureza conferido ao LOCATÁRIO noutra legislação especial, designadamente a referente à contratação à distância ou no domicílio.

4. Encomenda e Garantias

4.1 O LOCADOR compromete-se a encomendar ao fornecedor o Bem pelo preço e de acordo com as especificações indicadas nas "Condições Particulares".

4.2 As garantias relativas à qualidade e funcionamento do Bem são diretamente transferidas pelo fornecedor para o LOCATÁRIO, devendo este agir por sua exclusiva conta, depois de ter avisado o LOCADOR, no caso de exercitar essas garantias.

5. Assinatura, Celebração e Prazo do Contrato.

5.1 O presente Contrato será subscrito pelo(s) LOCATÁRIO(S) e, quando aplicável, pelo(s) garante(s), mediante a aposição da sua assinatura autógrafa no Contrato em suporte de papel ou mediante a recolha da sua assinatura autógrafa através de um equipamento tecnológico móvel, com recurso a um procedimento de assinatura electrónica (na acepção do artigo 2.º, alínea b) do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, com alterações) certificado por entidade certificadora externa, com simultânea aposição da(s) referida(s) assinatura(s) electrónica(s) no Contrato em Suporte Duradouro, na totalidade dos campos previstos para o efeito.

5.2 As Partes convencionam expressamente que a recolha da assinatura electrónica do(s) LOCATÁRIO(S) e, quando aplicável, do(s) garante(s), nos termos descritos na segunda metade da cláusula anterior e aposição da mesma nos campos previstos para o efeito no Contrato em Suporte Duradouro, configura, para todos os efeitos legais, assinatura do Contrato pelo(s) LOCATÁRIO(S) e garante(s), ao qual atribuem força probatória de documento particular assinado, nos termos do artigo 376.º do Código Civil (convenção estabelecida nos termos e para os efeitos do artigo 3.º, n.º 4 do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, com alterações).

5.3 Sem prejuízo do direito de livre revogação pelo LOCATÁRIO, o Contrato tem-se por celebrado na data da sua assinatura pelas Partes ou, se posterior, na data da receção pelo LOCATÁRIO do exemplar do Contrato assinado, em papel ou Suporte Duradouro.

5.4 O prazo de duração do Contrato previsto nas "Condições Particulares" inicia-se na data da receção do bem pelo LOCATÁRIO, comprovada pela assinatura do respectivo Auto de Receção, salvo se outra data constar das "Condições Particulares", caso em que esta prevalecerá, e termina no final do período a que respeita a última renda.

6. Entrega e Receção do Bem

6.1 O LOCADOR confere por este meio mandato ao LOCATÁRIO, que o aceita, para proceder à receção do Bem, em seu nome e por sua conta, constituindo encargo exclusivo do LOCATÁRIO todos os custos e riscos relativos à entrega.

6.2 O LOCATÁRIO deve entregar ao LOCADOR o Auto de Receção, depois de assinado por si e pelo fornecedor, o qual certificará que o Bem foi entregue em perfeitas condições e conforme a encomenda, passando a fazer parte deste Contrato e constituindo título bastante para o LOCADOR pagar a fatura ao fornecedor.

6.3 Se o LOCADOR não receber o Auto de Receção no prazo de 8 dias a contar da data prevista para o início do Contrato nas "Condições Particulares", ou não for informado, nesse mesmo prazo, que a entrega não foi feita ou que o LOCATÁRIO não rececionou o bem, o Contrato produzirá efeitos a partir da data prevista nas "Condições Particulares" para o seu início.

6.4 Na falta de conformidade do bem às especificações da encomenda ou, no caso de não funcionamento ou de funcionamento deficiente, o LOCATÁRIO poderá recusar a receção do bem indicando os motivos da recusa e/ou exercerá junto do fornecedor do Bem e relativamente a este os direitos que estão reconhecidos ao consumidor no Decreto-Lei n.º 67/2003, de 8 de Abril, do que notificará, por escrito, a LOCADORA.

6.5 No caso previsto no número anterior, o LOCATÁRIO deverá:

a) notificar o fornecedor para que proceda à recolha do Bem;

b) obter o acordo escrito do fornecedor para a revogação do contrato de compra e venda;

c) reembolsar o LOCADOR de todas as quantias já pagas por este ao fornecedor acrescidas de juros contados a uma taxa igual à Euribor a 90 dias, acrescida de 4 pontos percentuais, contados desde a data de pagamento efetuado pelo LOCADOR até ao respetivo reembolso, sem prejuízo do previsto quanto ao direito de livre revogação pelo LOCATÁRIO deste Contrato;

6.6 O LOCADOR não é responsável pela não entrega atempada do Bem e/ou dos respetivos documentos, pela não entrega no lugar indicado, nem pela correspondência do mesmo com as características e especificações indicadas pelo LOCATÁRIO, que, por esses motivos, não ficará exonerado do pontual cumprimento das suas obrigações para com o LOCADOR.

CONDIÇÕES GERAIS

6.7 Compete ao LOCATÁRIO o exercício de qualquer direito ou ação contra o fornecedor por incumprimento deste, nomeadamente para a recuperação de importâncias eventualmente pagas, pedidos de indemnização por perdas e danos e resolução do contrato de compra e venda. O LOCADOR desde já sub-roga o LOCATÁRIO em todos os seus direitos relativamente ao fornecedor.

6.8 O LOCADOR reserva-se, contudo, o direito de propor contra o fornecedor as ações que considere necessárias à defesa dos seus interesses.

7. Propriedade do Bem

7.1 O LOCADOR é o único e exclusivo proprietário do Bem pelo que o LOCATÁRIO não pode proporcionar a outrem o gozo total ou parcial do Bem por meio de cessão onerosa ou gratuita da sua posição jurídica, de sublocação, ou de comodato ou onerá-lo, sem prévia autorização escrita do LOCADOR.

7.2 O LOCATÁRIO obriga-se a colocar no Bem, em local facilmente visível, aviso ou placa que indique ser o LOCADOR o proprietário do bem.

Em caso de penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial, furto ou roubo do Bem, o LOCATÁRIO deverá avisar o LOCADOR nas quarenta e oito horas seguintes e adotar os procedimentos judiciais ou extrajudiciais necessários ao desembaraço do Bem ou participar criminalmente o furto ou roubo.

8. Garantias relativas ao bem

8.1 O LOCATÁRIO deve exercer diretamente contra o fornecedor os direitos resultantes das garantias legais ou voluntárias relativas ao Bem e seu funcionamento, devendo o LOCATÁRIO agir por sua exclusiva responsabilidade, denunciando os defeitos junto do fornecedor nos termos da lei, dando conhecimento do facto ao LOCADOR.

8.2 O LOCATÁRIO reconhece expressamente que o LOCADOR se encontra exonerado de toda e qualquer responsabilidade quanto à construção, instalação, funcionamento ou rendimento do Bem objeto de locação, não respondendo pelos vícios do bem ou pela sua inadequação face aos fins do presente contrato.

9. Outras Obrigações do LOCATÁRIO

9.1 Para além do pagamento das rendas adiante referidas e de outras obrigações previstas na lei ou no Contrato, são especiais obrigações do LOCATÁRIO:

- a) fazer uso normal e prudente do Bem e mantê-lo em bom estado de funcionamento, cumprindo as instruções do fabricante e as leis e regulamentos que à sua utilização sejam aplicáveis;
- b) não aplicar o Bem a fim diverso daquele a que ele se destina ou movê-lo para local diferente do contratualmente previsto, salvo autorização do LOCADOR;
- c) suportar todas as despesas de transporte e respetivo seguro, montagem e instalação do Bem, bem como as despesas necessárias para a sua devolução ao LOCADOR, em bom estado de conservação e de funcionamento, quando não optar pela sua aquisição;
- d) pagar todos os impostos, taxas, multas ou coimas e encargos inerentes à utilização do Bem, que incidam, ou venham a incidir sobre o mesmo;
- e) facultar o exame do Bem ao LOCADOR sempre que este o pretenda, sem prejuízo da sua utilização normal;
- f) comunicar ao LOCADOR, dentro de 15 dias, a cedência do gozo do Bem, quando autorizada nos termos do nº 1 da Cláusula 7ª deste Contrato;
- g) avisar imediatamente e por escrito o LOCADOR de qualquer defeito ou deterioração anormal do Bem, assim como de qualquer ocorrência que o ponha em causa;
- h) avisar, por escrito, em quarenta e oito horas, o LOCADOR de qualquer pretensão de terceiro sobre o Bem;
- i) restituir o Bem, no termo do Contrato, em bom estado de conservação e de funcionamento, salvo as deteriorações inerentes a uma utilização normal, quando não opte pela sua aquisição;
- j) efetuar e suportar os seguros, de que o LOCADOR será beneficiário, relativos ao transporte do Bem com vista à sua restituição ao LOCADOR.

9.2 O LOCATÁRIO não poderá introduzir no Bem quaisquer modificações, sem prévia autorização dada por escrito pelo LOCADOR. Todas as peças incorporadas no Bem passarão automaticamente a ser propriedade do LOCADOR, sem que este por isso deva qualquer indemnização.

10. Manutenção

10.1 A manutenção do Bem fica a cargo do LOCATÁRIO.

10.2 Por manutenção entende-se toda a assistência mecânica e todos os serviços técnicos necessários ao bom funcionamento, conservação e reparação do Bem, a prestar por estabelecimento com pessoal especializado e competente e de harmonia com as instruções e recomendações do fabricante.

11. Responsabilidade, risco e seguro

11.1 A partir da data de início do Contrato e até à sua restituição ao LOCADOR, seja por que motivo for nos termos previsto neste Contrato, o LOCATÁRIO será sempre o único e exclusivo responsável pelo perecimento ou deterioração do Bem e pelos prejuízos por este causados, qualquer que seja a sua causa, bem como pelos danos produzidos no Bem por qualquer motivo.

11.2 Para efeito do disposto no número anterior o LOCATÁRIO obriga-se a efetuar, a expensas suas, contrato de seguro que cubra a responsabilidade civil por danos causados a terceiro e passageiros transportados de valor não inferior a € 50 000 000,00. Poderá igualmente subscrever uma apólice que cubra o Bem, pelo seu valor de aquisição contra todos os riscos, nomeadamente os de choque, colisão, capotamento, raio, explosão, incêndio, furto, roubo, forças da natureza, riscos sociais e políticos, quebra isolada de vidros;

11.3 As apólices de seguro previstas no número anterior deverão mencionar expressamente:

- a) que o Bem é propriedade do LOCADOR;
- b) que o LOCADOR é o tomador / beneficiário do seguro e que em caso de sinistro com perda total a indemnização será paga pela Companhia de Seguros diretamente ao LOCADOR, sendo a franquia sempre suportada pelo LOCATÁRIO;
- c) que a Companhia de Seguros renuncia a qualquer ação ou direito de regresso contra o LOCADOR.

11.4 No prazo de oito dias após a entrada em vigor deste Contrato, o LOCATÁRIO deverá entregar ao LOCADOR cópia dos contratos de seguro e respetivos adicionais referidos nos números anteriores.

11.5 O LOCADOR poderá opor-se, desde que fundamentadamente, ao clausulado daqueles contratos de seguro, devendo indicar as alterações que pretenda ver introduzidas.

11.6 O LOCATÁRIO, sempre que se desloque ao estrangeiro com o Bem, no caso de ser um veículo, obriga-se a contratar, a expensas suas, a extensão dos contratos de seguro referidos nos números anteriores.

12. Procedimento em caso de sinistro do Bem locado

12.1 Em caso de sinistro, o LOCATÁRIO deve, no prazo de quarenta e oito horas, informar o LOCADOR e notificar a Companhia de Seguros, precisando a data o lugar e as circunstâncias em que o sinistro tiver ocorrido, solicitando desde logo uma peritagem ao estado do Bem.

12.2 No caso do sinistro não ser de perda total, o LOCATÁRIO deve, depois da peritagem ter confirmado que o Bem é reparável, proceder à reparação por sua conta. Efetuada a reparação e contra comprovação dos custos e do bom estado do Bem, a Companhia de Seguros entregará ao LOCATÁRIO, ou a quem este indicar, a indemnização em consequência do sinistro.

12.3 Se o sinistro for de perda total, observar-se-á o seguinte:

- a) o Contrato considerar-se-á resolvido para todos os efeitos;
- b) o LOCATÁRIO, sem prejuízo da obrigação de pagamento ao LOCADOR dos montantes das rendas vencidas e não pagas acrescidas dos juros moratórios à taxa prevista na cláusula 15.2 deste Contrato, fica obrigado a indemnizar a LOCADORA de todo o prejuízo por ela sofrido com a perda do Bem e consequente resolução do Contrato que não esteja coberto pela indemnização a pagar pela seguradora em razão do sinistro;
- c) o LOCADOR, da indemnização paga pela Seguradora, entregará ao LOCATÁRIO a parte sobrança, após a recuperação das importâncias referidas na alínea b) e do pagamento da indemnização em razão da resolução do Contrato, que é de montante igual ao valor do Bem não amortizado pelas rendas

CONDIÇÕES GERAIS

vencidas, acrescido de todos os impostos e encargos exigíveis legalmente ao tempo do sinistro e dos juros calculados segundo a taxa nominal de locação sobre o montante daquele valor não amortizado e relativamente ao período que decorrer entre a data do vencimento da última renda vencida e a cobrança da indemnização.

13. Juros, TAN, TAEG, e outras despesas e encargos

13.1 O crédito concedido ao LOCATÁRIO vence juros à TAN acordada e indicada nas "Condições Particulares", a qual poderá, ou não, sofrer alterações durante a vigência do Contrato conforme o que estiver previsto nas "Condições Particulares".

13.2 O LOCADOR informará o LOCATÁRIO, antecipadamente, em papel ou qualquer outro suporte duradouro, de quaisquer alterações da TAN e do novo montante das rendas a pagar por aplicação da nova TAN, salvo se aquelas alterações se deverem à modificação da taxa de referência indicada nas "Condições Particulares", cujo conhecimento para além de ser público estará sempre acessível nas instalações do LOCADOR, caso em que as alterações da TAN serão comunicadas pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO com a periodicidade prevista nas "Condições Particulares".

13.3 A TAEG é a indicada nas "Condições Particulares".

13.4 A TAEG é calculada de acordo com a fórmula matemática constante da parte I do Anexo I ao Decreto-Lei nº 133/2009;

13.5 São de conta do LOCATÁRIO os impostos, taxas e demais encargos decorrentes da assinatura deste Contrato, incluindo eventuais reconhecimentos notariais, identificados nas "Condições Particulares".

13.6 O LOCADOR pode durante a vigência do Contrato alterar o montante das despesas e encargos indicados nas "Condições Particulares" se as condições de mercado ou alterações legislativas o impuserem, obrigando-se a comunicar essas alterações ao LOCATÁRIO em papel ou outro suporte duradouro, com a antecedência mínima de 15 dias de calendário relativamente à data de produção de efeitos das mesmas.

14. Rendas

14.1 O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR as rendas referidas nas "Condições Particulares", nos montantes e periodicidade aí indicados e de acordo com o "Plano Financeiro" a elas anexo e que delas faz parte integrante.

14.2 A data de pagamento da primeira renda é a do início do Contrato.

14.3 Os montantes das rendas poderão ser atualizados nos termos estabelecidos por lei ou por aviso do Banco de Portugal ou, na ausência de disposição legal ou regulamentar, conforme estabelecido nas "Condições Particulares";

14.4 Os pagamentos das rendas serão efetuados por débito de conta aberta em nome do LOCATÁRIO numa Instituição de Crédito, para o que o LOCATÁRIO subscreverá uma autorização irrevogável de débito da sua conta bancária identificada nas "Condições Particulares".

14.5 Os pagamentos devidos pelo LOCATÁRIO com periodicidade diferente da renda, indicados nas "Condições Particulares" acrescem ao valor da renda que se vencer imediatamente a seguir à data do vencimento daqueles pagamentos.

14.6 As rendas incluem, para além do capital, os juros do crédito, os impostos que se mostrarem devidos, portes, despesas, serviços acessórios e serão acrescidas de IVA à taxa legal aplicável.

14.7 O LOCATÁRIO tem o direito de receber do LOCADOR, a seu pedido, sem qualquer encargo e a todo o tempo durante a vigência do contrato, uma cópia do "Plano Financeiro" atualizado.

14.8 Os pagamentos são imputados ao valor em dívida pela ordem seguinte: impostos; encargos ou comissões; penalidades vencidas; e renda.

15. Mora

15.1 O não pagamento pontual de qualquer renda na data do respetivo vencimento, por a conta do LOCATÁRIO não estar provisionada suficientemente ou ter sido encerrada, a autorização de débito ter sido cancelada ou o pagamento da renda ter sido revogado constitui o LOCATÁRIO em mora.

Sobre as rendas em mora incidirão juros mediante a aplicação de uma sobretaxa anual máxima de 3%, a acrescer à taxa de juros remuneratórios aplicável a esta operação de leasing.

15.2 Sem prejuízo do disposto no 15.1, a falta de pagamento pontual de qualquer uma das rendas, importará para o cliente o pagamento de uma comissão pela recuperação de valores em dívida de acordo com o legalmente previsto, conforme fixado no preçário em vigor à data do incumprimento o qual se encontra publicado no site www.fcacapital.pt e disponível para consulta nas instalações da FCA. A comissão pela recuperação de valores em dívida resultará no montante máximo permitido por lei, que à data da publicação do Decreto-Lei nº58/2013, de 8 de Maio, se fixa em 4% do valor vencido e não pago com um montante mínimo de €12 e um montante máximo de €150, assim como as despesas ou encargos suportados pela FCA perante terceiros, por conta do Cliente, nomeadamente pagamentos a conservatórias, cartórios notariais ou encargos de natureza fiscal.

15.3 Verificada a mora em duas rendas sucessivas, o LOCADOR informará o LOCATÁRIO em papel ou por outro suporte duradouro, de que lhe é concedido um prazo suplementar de 15 dias de calendário após receção da comunicação para pagar as rendas em atraso, acrescidas dos respetivos juros de mora, sob pena de imediato vencimento de todas as rendas vincendas na parte relativa à amortização de capital e de resolução do Contrato, se as rendas em mora excederem no seu conjunto 10% do crédito.

16. Termo do Contrato e faculdade de compra.

16.1 No termo do contrato, o LOCATÁRIO poderá adquirir o Bem mediante pagamento ao LOCADOR do valor residual que consta das "Condições Particulares", acrescido do imposto que for devido, desde que comunique por carta registada o exercício daquela sua opção ao LOCADOR até três meses antes do termo do Contrato.

16.2 Não exercendo o LOCATÁRIO a faculdade de compra deverá, no termo do Contrato, restituir imediatamente o Bem, em bom estado de conservação e funcionamento e a respetiva documentação ao LOCADOR no local indicado por este, devendo ambos assinar o Auto de Restituição, no qual se fará referência ao estado de conservação e funcionamento do Bem.

16.3. Considera-se que o BEM está em bom estado de conservação e funcionamento se:

a) Todos os seus órgãos, componentes e equipamentos mecânicos, elétricos e eletrónicos funcionam corretamente;

b) O piso dos pneus, incluindo o sobressalente, deverão satisfazer as regras aplicáveis à data da entrega do BEM ao LOCADOR;

c) Os pneus deverão ser da mesma marca e modelo em cada um dos eixos, sendo que, o pneu sobressalente terá de ter sempre a marca e modelo correspondente ao conjunto montado num dos eixos do veículo;

d) O chassis e a carroçaria estejam em bom estado, sem prejuízo de pequenos riscos superficiais ou de manchas na pintura, cuja reparação não importe intervenções na chapa, ou de pequenos riscos ou outros danos não significativos nos para-choques;

e) Não falem quaisquer órgãos, cartões com código das chaves e jogos de chaves completos, componentes ou equipamentos mecânicos, elétricos ou eletrónicos, por comparação com os instalados na data da entrega do Bem ao LOCATÁRIO;

f) Não tenha sido alterado relativamente às suas características iniciais, nem pintado de cor diferente da original, salvo se tiver sido autorizado por escrito pelo LOCADOR;

g) Todas os impostos, taxas, multas e coimas inerentes à utilização do BEM estejam pagos.

16.4 Caso o LOCATÁRIO não proceda à restituição do Bem imediatamente a seguir ao termo do Contrato, sem prejuízo de outras responsabilidades em que, porventura, venha a incorrer, pagará ao LOCADOR, a título de cláusula penal e por cada mês de mora ou fração de mês porque esta perdure, uma importância igual ao dobro da renda mais alta praticada na vigência do Contrato.

16.5 É condição do exercício da faculdade de compra pelo LOCATÁRIO não haver rendas vencidas e não pagas na data do respetivo vencimento.

CONDIÇÕES GERAIS**17. Regime da Antecipação do Contrato**

17.1 O LOCATÁRIO tem o direito de, a todo o tempo, através de comunicação em papel ou noutro suporte duradouro, expedida com trinta dias de calendário de antecedência relativamente à data pretendida, antecipar o cumprimento do Contrato.

17.2 No caso de antecipação, o LOCATÁRIO tem direito a uma redução do custo total da locação, consistindo essa redução nos juros e nos custos do período remanescente do Contrato.

17.3 Quando houver antecipação de cumprimento e a taxa nominal aplicável, à data, for fixa, o LOCADOR tem direito a receber uma compensação do LOCATÁRIO igual a 0,5% do montante do capital reembolsado antecipadamente se o período decorrido entre a antecipação e a data estipulada para o termo do Contrato for superior a um ano, ou igual a 0,25% do montante do capital reembolsado antecipadamente se o referido período for inferior ou igual a um ano.

17.4 A comissão que o LOCADOR tem direito a receber do LOCATÁRIO por antecipação do cumprimento do Contrato não poderá, em caso algum, exceder o montante dos juros que o LOCATÁRIO teria de pagar durante o período decorrido entre a antecipação e a data estipulada para o termo do Contrato.

18. Alterações da situação pessoal ou patrimonial do LOCATÁRIO

O LOCATÁRIO está obrigado a comunicar, imediatamente, à LOCADORA, em papel ou em outro suporte duradouro, qualquer alteração da sua situação pessoal (ex: estado civil, mudança de residência), ou patrimonial suscetível de influenciar o bom cumprimento do contrato.

19. Garantias

19.1 Para garantia do bom e integral pagamento das obrigações emergentes do presente Contrato, o LOCATÁRIO e o seu cônjuge, se casado, subscrevem, nesta data, a favor do LOCADOR uma livrança em branco, "não à ordem", que fica desde já na posse do LOCADOR, estando esta autorizada a preenchê-la no que às datas de emissão e vencimento, local de pagamento e importância diz respeito, em caso de incumprimento e com respeito pelos termos convencionados relativamente a este último neste Contrato.

19.2 Ainda para garantia do bom e integral cumprimento das obrigações emergentes deste Contrato o LOCATÁRIO prestará ao LOCADOR, se esta assim o tiver exigido, uma fiança bancária ou outra garantia, real ou pessoal, conforme indicado nas "Condições Particulares".

19.3 No caso de ser a fiança a garantia prestada, o Fiador constitui-se principal pagador, com renúncia ao benefício da excussão prévia.

20. Resolução do Contrato

20.1 Sem prejuízo de outros casos legalmente previstos, o LOCADOR poderá resolver o presente Contrato exigindo o pagamento de todas as rendas que se mostrarem em dívida, incluindo juros de mora contados desde a data dos respetivos vencimentos até efetivo pagamento, quando o LOCATÁRIO tiver deixado de pagar, pelo menos, duas prestações de reembolso sucessivas, estas ultrapassem 10% do montante total do custo da locação, e o LOCATÁRIO não tiver pago as mesmas e os respetivos juros de mora no prazo suplementar previsto na cláusula 15 antecedente.

20.2 O LOCADOR poderá ainda resolver o Contrato com as consequências referidas em 20.1, no caso de o LOCATÁRIO falecer ou vier a ser alvo de processo de insolvência, ou o Bem seja arrestado, penhorado, ou objeto de qualquer outra medida judicial de apreensão preventiva.

20.3 A resolução do Contrato far-se-á por carta registada expedida para a morada do LOCATÁRIO indicada no Contrato ou outra que o LOCATÁRIO comunique ao LOCADOR durante a vigência do Contrato e produzirá efeitos no terceiro dia útil ao da sua expedição, ou por telecópia ou outro meio eletrónico, caso em que produzirá efeitos no dia do respetivo recebimento pelo LOCATÁRIO.

20.4 Sempre que o LOCATÁRIO incumpra com quaisquer obrigações por ele assumidas neste Contrato terá também de indemnizar o LOCADOR em valor igual ao dos contributos concedidos nas campanhas promocionais de que beneficiou aquando da celebração do Contrato.

20.5 São de conta do LOCATÁRIO todas as despesas de cobrança ocasionadas pelo incumprimento do Contrato ou com honorários forenses e despesas suportadas pelo LOCADOR para exercer judicialmente os seus direitos, que as partes declaram não carecer de comprovação até ao montante global de € 1.000,00.

20.6 Em caso de resolução do Contrato, o LOCATÁRIO obriga-se a restituir o bem ao LOCADOR, em bom estado de conservação e funcionamento, nos termos previstos na cláusula 16 antecedente, com as devidas adaptações, bem como ao pagamento de todas as rendas vencidas e não pagas e 35% das rendas vincendas, na parte relativa à amortização de capital, e do valor residual à data da resolução, que por efeito da resolução se considerarão vencidas, acrescidas do quanto previsto na cláusula 15 antecedente.

21. Autoridade de Supervisão e Comunicações

21.1 A Autoridade de Supervisão competente para efeitos deste Contrato é o Banco de Portugal, com sede em Lisboa, na Rua do Comércio, 148.

21.2 O LOCADOR está obrigado a comunicar à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal as responsabilidades efetivas ou potenciais decorrentes do Contrato, bem como os respetivos saldos mensais e sua situação, incluindo a eventual mora ou incumprimento.

22. Dados Pessoais

22.1 O LOCADOR assegura que o tratamento dados pessoais do LOCATÁRIO é feito de acordo com as regras de protecção da privacidade emergentes do Regulamento (UE) 2016/679 ("RGPD") e demais legislação nacional aplicável, bem como de acordo com os deveres de confidencialidade a que o LOCADOR se encontra sujeito nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Entidades Financeiras (Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro). Para consultar a Política de Privacidade do LOCADOR o LOCATÁRIO poderá aceder a "<http://www.fcacapital.pt>".

22.2 O LOCATÁRIO expressamente autoriza que os seus dados constantes do Contrato e da respetiva proposta, sejam objeto de tratamento informatizado, seja para os processamentos administrativos e estatísticos, seja para a apresentação futura de produtos e serviços de empresas que integram o grupo a que pertence o LOCADOR, ou o grupo da FCA Portugal S.A., assegurando-lhe o LOCADOR, nos termos da Lei, o direito de acesso, retificação, correção e oposição dos mesmos através do seguinte e-mail: dadospessoais@fcagroup.com

22.3 O LOCATÁRIO autoriza ainda a comunicação daqueles dados ao Banco de Portugal, ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, CREDIINFORMAÇÕES – Informações de Crédito, Lda., EQUIFAX Portugal, TRUERECOVERY - Gestão e Recuperação de Activos, Lda., SERVICRÉDITO – Gestão de Créditos, Lda., ALF - Associação Portuguesa de Leasing, Factoring e Renting e ARAC - Assoc. dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor e Seguradoras caso sejam subscritas a Proteção FCAC Base ou a Proteção FCAC Up-Grade.

22.4 O LOCATÁRIO permite que o LOCADOR consulte os seus dados pessoais junto das entidades referidas no número 3 desta cláusula.

23. Domicílio convençado e comunicações entre as partes

23.1 As comunicações referidas no Contrato presumem-se válidas e eficazes se efetuadas para as moradas nele indicadas, em papel ou outro suporte duradouro, ficando o LOCADOR desde já autorizado a comunicar com o LOCATÁRIO qualquer assunto relacionado com o Contrato por via postal, telefone, e-mail ou SMS, bem como a proceder à gravação de chamadas para monitorização da qualidade no atendimento, sem prejuízo das regras relativas à protecção dos dados pessoais.

23.2 O LOCATÁRIO declara que aceita receber a informação relativa ao seu contrato, nomeadamente os extratos regulares mensais, em formato digital, na Área do Cliente, no site do LOCADOR: www.fcacapital.pt. Caso pretenda receber esta informação em papel, deverá efetuar um pedido expresso nesse sentido.

CONDIÇÕES GERAIS

24. Cessão da posição contratual

24.1 O LOCATÁRIO autoriza o LOCADOR a ceder a sua posição contratual a qualquer entidade do mesmo grupo ou a terceiros devidamente autorizados para o exercício da atividade de locação financeira na UE, produzindo a cessão efeitos a contar da data em que lhe for notificada.

24.2 O LOCATÁRIO autoriza ainda o LOCADOR a ceder a terceiros os créditos emergentes deste contrato, produzindo a cessão efeitos a contar da data em que lhe for notificada.

24.3 O LOCATÁRIO poderá ceder a sua posição contratual a terceiro desde que o LOCADOR a isso não se oponha, nos termos do Decreto-Lei nº 149/95.

25. Reclamações e Recursos

25.1 Para além dos instrumentos legais de reclamação, a FCA disponibiliza o e-mail: atendimento@fcagroup.com bem como um Livro de Reclamações, tendo, ainda, o cliente a possibilidade de apresentar uma reclamação directamente ao Banco de Portugal, nomeadamente através do Portal do Cliente Bancário.

25.2 Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de setembro, o cliente pode recorrer às seguintes entidades de resolução alternativa de litígios de consumo:

Para litígios até 5 000 € - CENTRO DE ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO DE LISBOA, telefone 208807030, e-mail juridico@centroarbitragemlisboa.pt; director@centroarbitragemlisboa.pt; Web: www.centroarbitragemlisboa.pt.

Para litígios superiores a 5000 € - CNIACC - CENTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E ARBITRAGEM DE CONFLITOS DE CONSUMO, telefone 213847484; E-mail: cniacc@fd.unl.pt; Web: www.cniacc.pt/pt

Para atualizações e mais informações, consulte o Portal do Consumidor em www.consumidor.pt, ao abrigo do artigo 18º da Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro.

26. Foro

26.1 Sem prejuízo do previsto na cláusula 25 antecedente, para todas as questões emergentes do presente Contrato estipula-se o foro da Comarca de Oeiras com expressa renúncia a qualquer outro.